



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

HEVILA SAMIRE ALVES COSTA
LORENA CARDOSO LIMA

Um silêncio ensurdecedor: A invisibilidade da violência sexual contra crianças e
adolescentes

MACAPÁ - AP
2024

HEVILA SAMIRE ALVES COSTA
LORENA CARDOSO LIMA

Um silêncio ensurdecador: A invisibilidade da violência sexual contra crianças e adolescentes

Relatório de Projeto Experimental apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lylian Rodrigues

MACAPÁ - AP
2024

**HEVILA SAMIRE ALVES COSTA
LORENA CARDOSO LIMA**

Um silêncio ensurdecador: a invisibilidade da violência sexual contra crianças e adolescentes

Relatório de Projeto Experimental apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Data da aprovação:
27 / 02 / 2025

Banca Examinadora

Orientadora

Avaliadora

Avaliadora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

C837s Costa, Hevila Samire Alves.

Um silêncio ensurdecedor: a invisibilidade da violência sexual contra crianças e adolescentes / Hevila Samire Alves Costa, Lorena Cardoso Lima. - Macapá, 2025.

1 recurso eletrônico.

46 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Coordenação do Curso de Jornalismo, Macapá, 2025.

Orientadora: Dra. Lylian Caroline Maciel Rodrigues.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Abuso menores. 2. Silenciamento. 3. Rede abraça-me. I. Rodrigues, Lylian Caroline Maciel, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. III. Título.

CDD 23. ed. – 362.7

**“Já aprendi. O amor é um sentimento que não obedece nem se garante. Precisa de sorte e, depois, de empenho. Precisa de respeito. Respeito é saber deixar que todos tenham vez. Ninguém pode ser esquecido”
(O paraíso são os outros, Valter Hugo Mãe)**

DEDICATÓRIA

Durante a construção deste trabalho, muitos foram os desafios enfrentados por mim, Hevila Alves, e por minha parceira e colega, Lorena Lima. Entre todas as pessoas que nos ajudaram nesta caminhada, desde nossos professores, nossos familiares e nossos entrevistados, destacamos, especialmente, nossa orientadora, Lylian Rodrigues, que abraçou nosso tema, apesar de sua complexidade e delicadeza, acreditou em nosso potencial e foi essencial para tornar real toda a nossa produção. Destacamos também, Patrícia Braga, que foi extremamente paciente e tirou boa parte do seu tempo para revisar os detalhes deste memorial conosco. Nossa eterna gratidão: se não fosse a ajuda dessas duas mulheres inspiradoras, a realização deste projeto não seria possível.

Abro aqui um parêntese, e escrevo com carinho para minha colega e grande amiga, Lorena Lima. A escrita deste trabalho foi complexa, não só por termos escolhido um tema sensível, mas, principalmente, porque passamos juntas por muitas dificuldades pessoais que, por vezes, nos impediram de seguir adiante. No entanto, o apoio e dedicação desta minha parceira foram fundamentais para que eu pudesse superar os desafios e alcançar este grande marco.

Muito mais do que conhecimento, a UNIFAP me proporcionou a oportunidade de encontrar a amiga de uma vida. O curso de jornalismo me deu o presente de formar um laço de amor e carinho com uma pessoa incrível e extremamente inteligente, que me estimula a ser melhor a todo momento. Foi minha conselheira e incentivadora sempre que me sentia incapaz de continuar; suas palavras de encorajamento e sua disposição em ajudar, mesmo com suas próprias tarefas e conflitos pessoais, mostraram o quanto ela foi especial e generosa.

Este projeto não é só um trabalho acadêmico, é também um reflexo da nossa amizade, construída com respeito, carinho e parceria. Sou eternamente grata por ter você ao meu lado nessa jornada e, a você, minha amada amiga, eu dedico este presente trabalho de conclusão de curso.

E, por fim, agradeço às nossas famílias, que participaram do processo, dando apoio e suporte, tornando possível a realização deste sonho.

RESUMO

Este trabalho é um projeto experimental, cuja produção realizou a *web* reportagem: “Vozes Silenciadas: A urgente necessidade de escutar as crianças e os adolescentes em situação de abuso e a negação da Sociedade”. Nossa finalidade é discutir o tabu e a invisibilização de casos de menores violentados e como é a repercussão dessa temática na mídia amapaense. Ademais, suscitar como veículos de comunicação devem abordar a proteção e os direitos de vítimas, defendido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Para isso, entrevistamos diferentes profissionais que trabalham diretamente com vítimas por meio da ‘Rede Abraça-me’, que acolhe esses menores, além de profissionais da educação e uma especialista em saúde mental de crianças. Com base na nossa reportagem, focamos na construção do conceito de Bucci (2002) sobre o papel social do jornalismo em uma sociedade, quando pauta a realidade e uma emergência de melhorias. E, com base no conceito do interdito de Foucault (1996), analisamos a condição social e política de uma realidade silenciada e interdita, não só nas relações interpessoais, mas também institucionais, inclusive da mídia; trazendo o espectro de um tabu para a produção da reportagem.

Palavras-chave: abuso menores; silenciamento; educação para Gênero; Rede Abraça-me.

ABSTRACT

This subject is based on the web article: “Silenced voices; the urgent necessity of listen children and teenagers in abusive situation e society denied”. Our purpose is duscuss the tabu and invisible violented minors cases and how it’s repercussion in Amapa’s media. Thus, to rouse how means of communication must to abbord the protection and victims’ right defended by the Child and Adolescent Estatute. That’s why we interview diferente professionals whose works directly helping victims through ‘Hug me Network’ witch shelter minors, besides education and child mental wellness professionals. And, based on on construction of BUCCI’s concept (2002) about journalism’ social roler in a Society When organize the reality and an emergent of improving in a tabu Spectre, how is the improvement the children right. Based on that observation we value how nowadays media colaborar or not with fighting stigmas associated the arassment and sexual abuse Against children, by means of prohibited FOUCAULT’s concept (1996).

Keywords: minor abuse; silence; gender education; Hug-me network.

LISTA DE SIGLAS

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPF – Ministério Público Federal

PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro

PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde Escolar

SAVI – Serviço de Atendimento à Vítima de Violência Infantil

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SESA – Secretaria de Estado de Saúde do Amapá

SVS – Superintendência de Vigilância de Saúde do Amapá

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	Assédio às crianças e adolescentes e o ambiente escolar no enfrentamento à problemática.....	14
2.2	Dados sobre casos de abusos no Brasil e no Amapá.....	17
2.3	Jornalismo e os direitos humanos: a ética profissional na luta pela minoria política.....	19
2.4	Web-Reportagem.....	22
3.	METODOLOGIA.....	26
3.1	Precedentes éticos, políticos e bibliográficos do tema para a produção da reportagem.....	26
3.2	Produção: dados, entrevistas (fontes) e apurações.....	28
3.3	Web Reportagem: escrita e publicação.....	30
4.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	31
4.1	Pauta.....	31
4.2	Página da Web.....	32
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6.	REFERÊNCIAS.....	37
	APÊNDICE.....	39

1. INTRODUÇÃO

Para iniciar a reflexão desse trabalho de conclusão de curso, recorreu-se ao campo da sociologia do conhecimento segundo Berger e Luckman (1994), pois problematizou-se o contexto social e o pensamento humano na temática do assédio à infância no espaço escolar. A partir deste problema sociológico, adentrou-se no campo jornalístico para discutir como tal fenômeno da nossa sociedade humana permanece silenciado e invisível no cotidiano e na produção jornalística. O jornalismo, como construtor essencial da agenda dos debates e do interesse público e determinante para dar voz às diversas camadas sociais e diferentes fontes, vem sendo mais um espaço de construção de um cotidiano em que a pauta do assédio à infância não repercute, apesar de seus números absurdamente alarmantes.

O conhecimento de senso comum é todo aquele construído em determinada sociedade, parte da constituição cultural dela. São afirmações e credos baseados em experiências, vivências e ensinamentos desenvolvidos ao longo da vida, perpassados de geração em geração. Pode ser classificado como conhecimento empírico, pois são afirmações formuladas sem algum tipo de embasamento científico ou quaisquer comprovações como “comer manga com leite faz mal”. As apreensões do conhecimento de uma ordem primária como os padrões e os estereótipos ou as repetições são responsáveis por formar e preservar ao longo dos anos tradições, medos e afirmações que a justificativa para tal é “porque sim” ou “porque foi sempre assim”. Como é nulo de pesquisa científica profunda pode ser errôneo e até suscetível de preconceitos e estereótipos como “asiáticos são inteligentes” e “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Berger e Luckmann (1994, p. 36) discorrem do senso comum baseando-se na crença da sociedade em sentidos, que passam a fazer parte da vida como afirmações passadas através da oralidade, assim,

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentidos que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como eles por eles (...).

Nesse viés, o pensamento da realidade é defendido como um conceito formado pelo cotidiano. O modo como as pessoas vivem o dia a dia e fazem a leitura do real é responsável por determinar o comportamento humano, e um entendimento social coletivo. Parte de um senso comum seria a inquestionável autoridade de pessoas adultas diante de uma criança ou adolescente. Outro aspecto a salientar, é que as pessoas não acreditam sempre assertivamente

nas crianças, costuma-se afirmar que elas “imaginam demais”, “não entendem da vida” e isso consequentemente colabora para que sejam desacreditadas. O que isso tem a ver com abuso? O domínio sobre corpos vulneráveis.

Com isso, o fato de crianças serem rotineiramente desacreditadas e silenciadas por adultos é uma forma de silenciar esses menores em desenvolvimento, que não têm a capacidade de levantar a voz na defesa pelos seus direitos e os adultos nem sempre acreditam ou colaboram efetivamente para assegurar a segurança e integridade de menores. O silenciamento das crianças é uma forma de manutenção da sociedade vigente e estrutura social que acredita na permanência da estrutura familiar, mesmo quando o lar é violento, abusivo e disfuncional. Falar de assédio e violência contra crianças e adolescentes é visualizado pelo senso comum como ameaça à família, ao ponto de defendê-la, considerando o menos importante: a defesa e segurança dos menores, levando em consideração que no Brasil o meio intrafamiliar é o principal cenário dos casos de violência, bem como o estupro.

Segundo Bonafé e Moreira (2022), crimes de abuso sexual em geral têm mais a ver com o poder do que com sexo. “Por isso tantas pessoas idosas e crianças são estupradas, por serem mais vulneráveis”. A complexidade do crime do assédio não é diferente, a crueldade desse ato tem como incentivo o poder sobre o corpo lido e entendido socialmente como vulnerável.

Michel Foucault (1996) definiu o Biopoder como uma forma de controle sutil, que se consolida nas normas, regras e regulamentos sobre os corpos e sobre a vida. De acordo com ele, as pessoas são mantidas vivas e úteis para garantir a sobrevivência e manutenção do sistema vigente. A sociedade é controlada, em tese, pelas normas estabelecidas e para isso é preciso evitar discutir problemáticas que são ‘peças’ indispensáveis na permanência da ordem discursiva vigente.

Ainda em conformidade com as ideias de Foucault, o conceito de interdito em “A Ordem do Discurso” (2004), defendido pelo pensador francês, está relacionado ao discurso hegemônico de uma elite burguesa. Tal conceito, envolve os tabus e as discussões intrinsecamente proibidas, as quais são contrárias ao sistema de poder que detém e controla a sociedade. Quando se fala de violação de corpos, é preciso entender que o estupro é motivado pelo poder e não somente por impulsos sexuais.

Conforme Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado em 2023, 70% dos casos de estupro são contra pessoas incapazes de resistir e consentir ao ato. Após leitura do perfil da manutenção de dominação sobre pessoas, as quais não podem nem conseguem se defender, ou sequer detém ‘voz’ para serem ouvidas, revelam o tabu da violência sexual contra crianças e

adolescentes, o qual lança o debate ao interdito e garante a manutenção da estrutura social. Nesse sentido, Berger e Luckman (1994, p. 52) afirmam que “A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interações estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana”.

Com isso, a sustentação discursiva da realidade objetiva de um cotidiano sem a pauta do assédio e do abuso é fundamentado no biopoder e no interdito. Trata-se do que pode ser dito e quem pode dizer. Foucault (1996, p. 9) discorre da manutenção desse poder responsável por manter a exclusão social (de minorias, no caso crianças, por exemplo) quando descreve a função do discurso interdito, ou seja, crenças e afirmações subtendidas pela sociedade, as quais questionadas implicam em mexer com a “ordem social”. Dito isto:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modifica.

No contexto contemporâneo, de uma ampla comunicação dos veículos tradicionais, como televisão, rádio e impresso ou mesmo já as novas mídias como portais de notícias ou *blogs* especializados, a imprensa é responsável pela agenda pública, pela multiplicação de vozes, pela denúncia de injustiças sociais ou pela cobrança e fiscalização do Estado.

O Art. 6º do Código de Ética do Jornalista brasileiro (2014, p. 1) garante que o dever do jornalista é:

- I - Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- X - Defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito;
- XI - Defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias.

O código deontológico da comunicação social prevê, enquanto princípio, a defesa dos direitos humanos, em especial o de minorias, sendo deveres do jornalista monitorar o Estado e Governos dominantes, questionar as autoridades e promover o acesso à informação educativa para a transformação social de um bem coletivo, Bucci (2002, p.18) contextualiza a imprensa brasileira no período após Proclamação da República como uma ferramenta de vigilância do

poder, pois “falar de imprensa livre é falar numa prática de comunicação social historicamente forjada pela modernidade que organiza o espaço público”.

Ainda reforçando o papel da imprensa, Bucci (2002, p. 42) enfatiza a ação social do jornalismo, como responsável por retratar a realidade e influenciar a interpretação do público quanto à notícia. Esse recorte da realidade tem um compromisso de impactar a sociedade e formar uma nova opinião pública.

[...] a notícia: a informação que, uma vez revelada, afeta as expectativas do cidadão, do consumidor, do homem e da mulher comuns quanto ao mundo que os cerca, quanto ao futuro ou quanto ao passado. Notícia não é apenas uma “novidade”. É uma novidade que altera o arranjo dos fatos, dos poderes ou das ideias em algum nível”.

A ordem hierárquica dos temas abordados na agenda pública, ou seja, nos veículos de mídia, organizam prioridades nos debates públicos, formulações de pensamento e comportamento coletivo, estruturando o social. Hohlfeldt, Martino e França em “As Teorias da Comunicação” (2001) se debruçam na correlação entre ‘*Agenda Setting*’ e ‘Espiral do Silêncio’, sendo a primeira um método de agendar o assunto do dia nos veículos de mídia, a ordem do dia e até mesmo a forma de pensar do dia; enquanto o segundo é a consequência dessa massificação do pensar de um *mass media*, que provoca o silenciamento de pessoas que pensam e interpretam o mundo diferente da maioria das pessoas em uma comunidade, deixando de lado a possibilidade de trazer à tona uma forma de pensar o mundo e a realidade. A teoria do agendamento, inclusive, impacta nas relações interpessoais, pois a visão de mundo é estipulada pela agenda. Portanto,

O *agenda setting* e a espiral do silêncio são duas faces de uma mesma moeda. Ambas trabalham com a perspectiva massificante sob a égide da imposição dos mass media sobre os indivíduos. Porém, o *agenda setting* detecta tal massificação na migração dos temas mediáticos enquanto temas ou agenda do público, quer dizer, os temas mediáticos se tornam conversa no dia-a-dia. Já a espiral do silêncio apreende a massificação pelo enclausuramento dos indivíduos no silêncio, quando estes têm opiniões diferentes destas veiculadas pelos mass media (Hohlfeldt, Martino, França, 2001 p. 111).

O problema prescinde de um debate político e de uma imprensa democrática. Assim,

Ao lado de espaços como os sindicatos, as associações, as ONGs, e de ações como greves, passeatas, manifestações, onde se estabelecem contatos e intercâmbios e marcam a atuação política na modernidade, nos tempos atuais já não é possível descartar o espaço da mídia eletrônica e sua telepresença no fazer político (Barbalho, 2005, p. 39).

Na esteira de um jornalismo politizado, comprometido com os direitos das crianças e dos adolescentes, emancipando vozes de luta social para a justiça e direitos humanos, propôs-se com este projeto experimental a realização de uma grande reportagem para a *web* com enriquecida apuração e entrevistas, estatísticas, dados e fatos. Vamos abordar a problemática do assédio e violência sexual contra crianças e adolescentes, o papel das escolas amapaenses no enfrentamento à problemática e a invisibilidade do tema no meio social e midiático local. Na maioria dos casos de assédio e violência sexual, há uma tendência a desacreditar dos relatos das vítimas, o que gera uma banalização da problemática e alimenta os tabus acerca do tema. Além disso, verificou-se a ausência, no Estado do Amapá, de políticas públicas efetivas, voltadas para a conscientização e combate do assédio.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para a produção deste trabalho de conclusão de curso, essa pesquisa aprofundou-se sobre o tema do assédio e violência sexual. Cuidadosamente, explanou-se o problema, no contexto social e de comunicação. Abordou-se referenciais sobre o jornalismo em suas premissas políticas e éticas, na construção desta realidade social, assim como importantes fundamentos para a produção de uma reportagem para a *web*.

2.1 Assédio às crianças e adolescentes e o ambiente escolar no enfrentamento à problemática

Assédio sexual se estabelece a partir de toda conduta indesejada de natureza sexual. Segundo o Código Penal (2021), em seu artigo 216-A, o assédio sexual consiste em: “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”.

A partir deste entendimento, um único ato de assédio pode ser suficientemente grave para atingir a honra, a dignidade e a moral da vítima. Ou seja, o assédio se configura como todo ou qualquer ato realizado sem o consentimento de uma pessoa ou grupo, provocando o desconforto e humilhação à vítima, ocasionando sérios traumas posteriores, os quais persistem ao longo de toda a vida de quem sofre, seja no desenvolvimento de transtornos psíquicos, dentre outras dificuldades que impedem a vivência plena.

Até o início dos anos 2000, o assédio nem sequer era considerado crime no Brasil, a Lei 10.224 foi criada em 15 de maio de 2001, a qual altera o Código Penal configurando o assédio sexual como crime. No nosso país, as políticas de proteção e atendimento a crianças e adolescentes foram sedimentadas pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que em seu artigo 5º (Brasil, 1990) determina que, "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Ainda sob essa ótica, o mesmo Estatuto preconiza em seu artigo 70 (Brasil, 1990) queo "É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”.

Em relação aos atendimentos, o ECA estabelece que "A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (Brasil, 1990, Art. 86). Especificamente, acerca de situações de violência sexual, a linha de ação da política de atendimento consiste em "Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão" (*idem*, Art. 87).

Além disso, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual¹, lançado em 2000, e o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR)² implementado em 2003, estão estruturados em seis eixos estratégicos (i.e., análise da situação, mobilização, articulação, defesa e responsabilização, atendimento, prevenção e protagonismo infanto-juvenil), sendo um específico para o atendimento. O eixo atendimento visa garantir atenção especializada às crianças e às adolescentes vítimas de violência sexual e respectivas famílias (Bispo, Luz, Gadelha & Paiva, 2011).

Também foi criada a Cartilha sobre violência sexual, pelo Ministério Público Federal – MPF, como mecanismo para identificar casos de assédio e violência contra crianças e adolescentes. O foco é fortalecer e orientar profissionais da rede de proteção, apresentando

¹ Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual. Disponível em https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf Acesso em 2 de novembro de 2024.

² Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro. Disponível em: https://www.mpgp.mp.br/portal/arquivos/2015/05/22/17_44_53_197_PAIR_M%C3%B3dulo_2.pdf Acesso em 2 de novembro de 2024.

dados para incentivar o registro de denúncias, além de orientar sobre a sensibilização dessa temática para a sociedade em geral com apresentação da legislação prevista no Brasil. No entanto, o sistema tem falhado em proteger essas crianças e adolescentes. A hierarquia de poder tem sido usada para proteger as pessoas erradas, deixando em evidência a vulnerabilidade dos pequenos, fortalecendo os poderosos, dando mais atenção aos culpados do que as vítimas.

O assédio se faz presente nos mais diversos cenários sociais. Não seria diferente dentro do ambiente escolar, onde a atmosfera criada nas salas de aula pode se apresentar, muitas vezes, como propícia à manifestação de algumas atitudes severas de autoritarismo, as quais atingem a integridade psíquica e a autoestima dos alunos. O mesmo se reflete no convívio familiar, uma vez que, os pais e/ou responsáveis, também exercem esse papel hierárquico sobre crianças e adolescentes, o que acaba por se observar um ambiente repleto de medo e acomodação, fazendo da vítima um ser absolutamente retraído.

Summit (1983) propôs a ocorrência de uma “Síndrome de acomodação”, que se estabelece a partir de 5 estágios: segredo, desamparo, aprisionamento, acomodação e divulgação tardia e pouco convincente do abuso. O que explicaria a manutenção do segredo por parte da vítima, já que os adultos respondem com descrença e repressão às denúncias feitas, trazendo, dessa forma, alguns transtornos comportamentais e mentais para as vítimas.

As consequências frequentemente apresentadas por vítimas de violência sexual foram agrupadas em quatro grupos distintos após revisão da literatura da área (Hohendorff *et al.*, 2014) sendo elas: consequências físicas, emocionais, cognitivas e comportamentais. Além dessas, psicopatologias podem ser diagnosticadas.

Dados epidemiológicos precisos acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes são difíceis de serem obtidos devido à falta de sistematização das informações, bem como ao panorama de subnotificação desse tipo de violência. A falta de preparo dos profissionais e a falta de padronização nos registros podem ser citadas como fatores que favorecem essa situação. Além disso, os dados disponíveis são baseados, principalmente, em denúncias, não abrangendo a totalidade de ocorrências de violência sexual, uma vez que, existem casos que não são notificados.

No Brasil, o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Brasil, 2010), por meio do Disque Direitos Humanos (Disque 100), recebe notificações de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de todo o país. Periodicamente, tal programa divulga relatórios com informações sobre as notificações de violência sexual, sendo essa iniciativa uma das únicas sistematizações de dados

epidemiológicos no Brasil. No entanto, esses relatórios incluem casos nos quais não há confirmação de violência sexual (i.e., suspeitas), sendo os resultados enviesados por esse motivo.

Rotula-se o meio familiar como o primeiro lugar onde as crianças passam a maior parte do tempo, e a escola o segundo ambiente de acolhimento delas, por isso acaba assumindo um papel fundamental no combate a problemática da violência sexual, considerando o âmbito da subnotificação e dos órgãos de enfrentamento dessa problemática.

Na escola os profissionais da educação deveriam ser capacitados para acolher os alunos, observar o desempenho e fazer intervenções nos casos de baixo rendimento ou atitudes prejudiciais, as quais podem estar relacionadas a violação da proteção à integridade infantojuvenil. E por isso, a escola também se torna um lugar de denúncia que não chega a ser contabilizada nos dados oficiais.

Uma das dificuldades no trabalho de prevenção da violência sexual, é o fato de que ela pode acontecer de forma bastante diversa, sendo os agressores, familiares ou conhecidos, independentemente do gênero. De acordo com a cartilha do Ministério Público do Amapá (2013, p. 5), a relação entre o agressor e a vítima é classificada de dois modos: o intrafamiliar e o extrafamiliar.

Abuso sexual intrafamiliar: é qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança/adolescente ou adolescente e criança, quando existem laços familiares ou de responsabilidade: pai, mãe, padrasto, avós, tios, primos, irmãos. Abuso sexual extrafamiliar: É o que ocorre fora do âmbito familiar, sendo na maioria das vezes o abusador uma pessoa em quem a criança confia. Eventualmente, o autor da agressão pode ser uma pessoa desconhecida.

A definição usada pela cartinha só reforça o que os números já revelam, que essa violência prevalece, em suma, no meio intrafamiliar, em comparação ao meio extrafamiliar, o que evidencia uma realidade preocupante e cruel.

2.2 Dados sobre casos de abusos no Brasil e no Amapá

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública³, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, no Brasil, foram registrados a síntese dos dados de

³ ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023. ISSN 1983-7364.

Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>
Acesso em 2 de novembro de 2024.

crimes não letais com vítimas crianças e adolescentes. São 49 estupros para cada 100 mil habitantes. Especificamente, no Anuário de 2023, com os dados de 2022, os estupros são apontados como campeões de registros, com 73.024 mil casos, sendo 56.820 de estupro de vulnerável (com vítimas menores de 14 anos ou com alguma enfermidade/deficiência mental que impeça de consentir). Vale destacar que, do total de registros de estupro de vulnerável, em 61% dos casos a vítima tinha até 13 anos de idade.⁴

Nunca é demais lembrar, a maioria das vítimas de estupro no Brasil não são mulheres, e sim meninas; e a maior parte tem entre 10 e 13 anos. Não podemos esquecer que meninos também sofrem estupro, e hoje, representam 14% dos casos, sendo que 43,4% deles têm entre 5 e 9 anos de idade. Um dado novo que chama a atenção é que 6,7% dos registros apontam vizinhos como autores da violência e há 29 registros contra professores. Quanto aos registros de estupro de vulnerável, o Amapá possui uma taxa de 64 registros para cada 100 mil habitantes.

Um fato abordado no documento enfatiza ainda um aumento expressivo nos casos de 2021 para 2022: não é possível precisar exatamente se o crescimento no registro dos crimes se dá pela maior ocorrência deles ou pelo aumento de denúncias. Vale destacar, que muitos casos nem chegam a ser registrados oficialmente nos dados por conta do desencorajamento das vítimas quando decidem denunciar e recebem questionamentos em vez de proteção.

Dados da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Amapá – SEJUSP, acessados pelo Portal da Transparência, mostram que em dois anos os crimes de assédio, estupro de vulnerável e importunação sexual registrados nas escolas do Amapá, entre os anos de 2022 e 2023, totalizaram em 40 casos. No ano de 2022, foram 16 casos contra os 24 registrados no ano seguinte, o que representa um aumento de mais de 66%. Apesar dos números oficiais não chegarem a 50, a *Childhood* Brasil defende que as estimativas apontam apenas 10% dos casos de violência sexual infantojuvenil, que de fato foram denunciados. Pode-se dizer que os 90% de casos subnotificados faltam nos levantamentos. Em dois anos, o Amapá contabilizou nas escolas 400 casos de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Estamos falando apenas de crimes dentro do ambiente escolar, porque quando se fala de casos nos quais o agressor é da família ou conhecido (intrafamiliar), o número apresentado reflete 193 casos em 2023, de acordo com a Superintendência de Saúde do Estado – SVS. No

⁴ ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364.

Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>

Acesso em 2 de novembro de 2024.

ano passado, 1.837 casos não foram denunciados, os quais não chegaram ao conhecimento dos conselhos tutelares. Todos esses números foram acessados pela produção deste trabalho no Portal da Transparência do Governo do Amapá, através da Lei 12.527/2011 de Acesso à Informação.

A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar⁵ (PeNSE), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou em 2021, que entre os anos de 2009 e 2019, quase 20% dos estudantes no Amapá sofreram algum tipo de violência sexual. Esses números correspondem a meninos e meninas que estudam na rede pública e privada de ensino, com idades entre 13 e 17 anos. A PeNSE contabilizou ainda que desses alunos amapaenses, 9% foram vítimas de estupro, as meninas são a maioria das vítimas (13,4%). Vale ressaltar que o Estado do Amapá tem a maior taxa no Brasil de alunos vítimas de violência sexual.⁶

2.3 Jornalismo e os direitos humanos: a ética profissional na luta pela minoria política

O código de ética do jornalismo brasileiro é bem claro em seu Art 1º ao explicar que o direito à informação é um direito fundamental de todo ser humano, logo o jornalismo assume uma responsabilidade social de imensa relevância no cotidiano de cada cidadão, pois cabe ao jornalista não só informar, mas possibilitar o acesso a informação de forma a cumprir o seu dever social e político.

Sendo assim, o jornalismo nada mais é que uma ferramenta que dá voz a quem geralmente não é ouvido, dá visibilidade a tudo que tem relevância e não pode ser esquecido, bem como alimenta a necessidade humana de se manter informado e de levar a informação a toda parte, de fazer valer direitos que acabam sendo banalizados, trazendo holofote para lutas que atravessam anos e não podem ser apagadas. O jornalismo é social, feito para povo e deve sempre ser a voz deste povo. Silveira e Marôpo (2014, p .9) contextualizam a relevância do papel do jornalismo dentro de uma sociedade. Para elas:

Nesta perspectiva, o discurso jornalístico ganha especial relevo, tendo uma relação mais direta com o debate sobre os processos de construção social da realidade.

⁵ Pesquisa nacional de saúde do escolar : análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental : municípios das capitais : 2009/2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101955> Acesso em: 2 de novembro de 2024.

⁶ Informações divulgadas pela reportagem do g1 Amapá Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/09/13/amapa-tem-maior-taxa-do-pais-de-estudantes-de-13-a-17-anos-que-ja-sofreram-abuso-sexual.ghtml> Acesso em 2 de novembro de 2024.

Podemos definir o jornalismo como uma forma de comunicação central para o discurso público, com conteúdo distinto e estatuto privilegiado em relação a outras formas de comunicação”.

Ao longo do tempo, surgiu a necessidade inata de identificar instrumentos ou mecanismos que assegurem a liberdade individual, a liberdade de movimento, o pensamento livre e a livre expressão de ideias; garantir ao indivíduo a capacidade de ser autêntico e de expressar sua existência no mundo. Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e a reafirmação na Declaração de Direitos Humanos de Viena, em 1993, a sociedade tem buscado entender essa concepção como um conjunto mínimo de direitos inerentes a cada ser humano, fundamentado no respeito e na proteção de sua dignidade. Daí, decorre a importância dos direitos humanos na sociedade contemporânea, assim como a sua integração nos discursos e atividades de vários setores da sociedade, especialmente governos, movimentos sociais e meios de comunicação.

No Brasil, a Constituição Federal – CF foi promulgada em 5 de outubro de 1988 e em seu artigo 1º estabelece que "a República Federativa, constituída pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, é um Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana". A partir da CF, podemos observar que a dignidade humana é considerada o alicerce do Estado brasileiro. E é dessa dignidade que derivam todos os demais direitos humanos. Apesar da existência de legislações e acordos internacionais que afirmam os direitos humanos como um conceito central para a preservação da dignidade do indivíduo, muitas pessoas ainda sofrem violações de direitos o que é garantido em Lei.

O Código de Ética do Jornalista Brasileiro compactua com essa garantia de direitos e cidadania, no seu Art. 2º, III enfatiza que: “a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão”. O jornalista, então, precisa garantir qualidade do seu trabalho na produção de reportagens, principalmente com empenho em abordar assuntos de cunho social e que possam impactar a sociedade no pensamento crítico e conhecer de fato a verdade como ela é.

Em relação às notícias, estas influenciam na percepção que a população tem da realidade, moldam o pensamento coletivo, possibilitando até que ocorram mudanças de comportamento e formação de cognições baseadas nas informações; contribuem para a construção de atitudes e para a socialização, reforçam e colocam em questão determinadas crenças; e propõem adesão ou a rejeição de novos valores (Sousa, 2002). Ainda, segundo Sousa

(2008, p.25), “na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias”.

Quando se tem uma imprensa capaz de retratar a realidade social e denunciar mazelas, desigualdades e corrupção, não só é possível garantir os direitos de acesso à informação estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e da CF, como também é cumprido o dever social de profissionais de imprensa previstos no Código de Ética do Jornalista Brasileiro.

Portanto, se reconhece a importância do papel da imprensa no ato de denunciar porque a atividade jornalística é como uma sentinela social e protagonista no controle dos Estados para evitar a violação dos direitos humanos, pois é a ação política e a busca pela justiça que dão significado ao jornalismo.

Para além do aspecto social, a comunicação, conseqüentemente, é política. Quando se questiona uma estrutura social vigente denunciando as desigualdades socioeconômicas, isso possibilita ações de revolução e mudanças estruturais, sejam elas de melhoria ou não, mas que garantam o funcionamento de um princípio democrático. Assim, a pluralidade de voz explorada em uma reportagem democratiza a informação, não limitando apenas às instituições divulgarem realidades distorcidas em benefício próprio, mas em função de toda uma sociedade garantindo o acesso inegável aos fatos divulgados. Segundo Duarte, 2007, p. 105):

A comunicação é hoje o ponto de partida e de encontro para o processo de reaprendizado e cidadania. O direito à comunicação é matéria discutida em fóruns nacionais e internacionais e, diante da multiplicidade de demandas e necessidades em que se expressa a construção da democracia, envolve questões fundamentais para o cidadão, como a concentração da propriedade dos meios de comunicação, monopólios e oligopólios, a propriedade cruzada, a inclusão digital, mídias comunitárias, produção e identidade cultural, acesso e controle da informação, educomunicação, transparência, publicidade das ações de Estado e de Governo, mobilização social, debate de temas de interesse público, etc.

A própria ideia da imprensa como quarto poder reforça o aspecto político da comunicação. Ela é responsável por divulgar cultura, sociedade, saúde, direitos humanos, temas que dão destaque à realidade das minorias. O jornalismo é um intermédio entre sociedade e poder vigente. Falar de políticas de acesso, educação, desigualdades de classe, direitos de pessoas negras, mulheres, indígenas, comunidade LGBTQIA+, crianças, deficientes etc., é uma tendência cada vez mais emergente dos veículos de comunicação. Tal trabalho político garante para essas pessoas a visibilidade aos problemas reais, as violências de uma ideologia de controle e opressão. Por isso, o papel social e político do jornalismo é assegurar que essas realidades sejam conhecidas por uma sociedade, onde as mesmas sejam transformadas.

Em síntese, são essas algumas das características do elo entre jornalismo e esfera pública que reforçam não só a importância da sua existência, mas reafirmam a necessidade da liberdade de expressão e da livre circulação de informação como fator relevante para a sustentação da democracia, e também, da primazia de um jornalismo preocupado em garantir a efetivação dos direitos humanos.

Se, como dissemos anteriormente, considerarmos que os direitos humanos são os principais valores da convivência humana numa sociedade, também entendemos que a sua promoção e efetivação devem ter os meios de comunicação, sobretudo, a imprensa como importante aliados. Filho (2012) caracteriza o jornalismo como uma forma social de conhecimento que se cristaliza no singular. Marcada a partir de como o repórter enxerga a pauta, a singularidade estará, principalmente, no modo em que o jornalista vivencia o processo de reportagem, o que encontra de peculiar, diferenciado, menos generalizante nos acontecimentos e em como aborda a complexidade que envolve os fenômenos.

Assim, o jornalismo pode ser vislumbrado como uma forma de conhecer o mundo a partir do singular e a expressão de seu trabalho, o qual é compartilhar sua construção e entendimento da realidade, oferecendo ao público os elementos necessários para que ele possa se apropriar do universo que envolve o fato. As notícias são resultados de um processo negociado, no qual os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção jornalística da realidade. Para Sodré (2009, p. 26), “jornalismo não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica. Da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos”.

2.4 Web-Reportagem

O ato de se comunicar, de passar uma informação, é o que torna o jornalismo possível na prática. De todas as atividades, é uma das que mais corresponde às necessidades humanas básicas no convívio em sociedade. O autor Beltrão (1960, p. 163) afirma que é comum da criatura humana informar-se, reunir conhecimento do que ocorre à sua volta, no ambiente em que vive, entre aqueles com quem convive. Segundo o mesmo autor:

Tudo deriva daí: a informação do fato; a formação pelo fato; a atualidade do fato; o estilo determinado pelo fato. O fato, o acontecimento, é a medida do jornalista. A veracidade, o realismo, é a sua grande força. O mau jornalista é o sofisticado ou o fanático, ou o mal informado, ou o divagante ou o vernaculista. Todos eles perdem de vista o objeto, o fato, a realidade para se prenderem apenas no modo de o retratarem ou nas suas segundas intenções mais ou menos ocultas.

Se compreendemos o ato de informar como um aliado fundamental para a expansão e desenvolvimento da sociedade como um todo, logo, esta se desenvolverá e evoluirá a partir daquilo que é bem informado e colocado pelo jornalista. Filho (2012) descreve o jornalismo como uma forma de conhecimento social que se manifesta de maneira única. A singularidade surge da perspectiva do repórter ao definir a pauta, sendo essencialmente influenciada pela forma como o jornalista experimenta o processo de reportagem. Este revela o que há de peculiar e distinto nos eventos e na maneira como ele aborda a complexidade dos fenômenos.

Contudo, pode-se dizer que a comunicação precisa fazer diariamente diversas adaptações para se manter relevante, desde a formação dos profissionais de comunicação, que precisam entender e dominar a diversidade nas configurações de se comunicar (inclusive no meio digital) até a forma como o contexto atinge as diversas linguagens que impactam na sociedade. Diante disso, “Entre as múltiplas, realidades há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência. É a realidade da vida cotidiana. Sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante”. (Berger e Luckman, p. 38).

Silva (2013, p. 61) contextualiza esse processo de expansão dos veículos de comunicação para portais de notícia na internet, e com isso a necessidade de se reinventar por meio de uma nova linguagem e a utilização do que ele chama de ‘multimedialidade’. Segundo ele:

A compreensão das mudanças em discussão sobre convergência no jornalismo remete, de alguma forma, aos anos 1990 com a internet se consolidando comercialmente e como rede de espaço de fluxos (CASTELLS, 1999), conduzindo o jornalismo para uma nova morfologia no que tange a sua lógica de funcionamento com produtos em formatos digitais para disponibilização e circulação, com o desenvolvimento do jornalismo digital e suas características centrais, como coloca Palacios (2002) em termos de multimedialidade, interatividade, hipertextualidade, customização/personalização, memória e instantaneidade/atualização contínua.

No que tange ao universo de gêneros textuais, a reportagem, nas inúmeras possibilidades, inspirações e influências, “em si é naturalmente híbrida, desde o surgimento do jornalismo, pois uma narrativa jamais existe sem a influência de outras narrativas. (...) não existe um purismo narrativo, pois a literatura é construída por traços históricos” (Yanes (2015, p. 13-14). A construção narrativa abrange inspirações em escritas, experiências, modelos e estruturas técnicas. Não há uma fórmula para construção da reportagem, mas sim diversos modelos que resgatam a historicidade do fazer jornalístico.

A inovação da *web* reportagem torna a experiência do consumo de notícias cada vez mais dinâmico e ‘multi-interativo’, as plataformas virtuais permitem e exigem a transformação

dos textos em linguagem mais direta, flexível e interligada com outros *links*. A existência dos *hiperlinks* criam informações cada vez mais integradas entre si.

Já a web reportagem pode ou não se apropriar do Jornalismo Digital em Base de Dados. Enquanto a reportagem guiada por dados (RGD) tem como base a estatística, as ciências da computação, a análise quantitativa, a web reportagem está diretamente vinculada às particularidades do meio: interatividade, multimídia, hiperlinks, que também são apropriadas nas RGD. Denominada também “reportagem multimídia”, “narrativa multimídia” ou “especial multimídia”. Longhi considera a web reportagem como “Grande reportagem constituída por formatos de linguagem multimídia convergentes, integrando gêneros como a entrevista, o documentário, a infografia, a opinião, a crítica, a pesquisa, dentre outros, num único pacote de informação, interativo e multilinear (2010, p. 159-160)”. A web reportagem também nos leva à hipernarrativa, porque o internauta se torna “performador”, confirmando a flexibilidade da narrativa da reportagem. (Gonçalves. Dos Santos, Renó, 2015. p. 236)

A reportagem *web* é um canal midiático no qual é possível reunir diversos elementos da linguagem comunicacional, as imagens, o texto escrito, o uso de vídeos e até de texto em áudio promovem a acessibilidade. As características referenciadas por Silva (2013) como o hipertexto e a atualização contínua permitem a quem acessa e lê, ter a possibilidade de adquirir um conhecimento aprofundado por meio de outros *links* dentro de uma mesma matéria ou ter atualização em tempo real da notícia, mantendo o factual e trazendo desdobramentos de um fato veiculado. Para além das adaptações ao meio de comunicação moderno, promovido pela internet, o mesmo autor pontua como o espaço *web* passou a ser uma das principais formas de produção dos conteúdos jornalísticos, e a criação de um novo paradigma comunicacional e de sociabilidade:

Para o jornalismo do século XXI, os dispositivos móveis se tornaram uma das principais plataformas de produção. Essa dimensão da comunicação móvel, portanto, compõe o cenário das tecnologias da mobilidade, que nos referimos aos dispositivos móveis como celular, smartphones, câmeras e gravadores digitais, tablets e similares e desencadeadores de práticas sociais e comunicacionais contemporâneas. A emergência das tecnologias da mobilidade como celulares representa um novo paradigma comunicacional e de sociabilidade cuja extensão precisa ser melhor compreendida. (Silva, 2013, p.188).

A *web* reportagem consegue alcançar um amplo número de leitores em diferentes lugares do mundo e conta com a ferramenta de compartilhamento do *link* em outros canais de comunicação, como aplicativos de mensagens e redes sociais. É possível ter um alcance de divulgação para um público ainda maior. Nas redes sociais, a ferramenta de comentários ainda amplia a possibilidade de interação com quem lê a reportagem. Na internet, a instantaneidade do compartilhamento de informações permite uma divulgação ampla dos conteúdos

jornalísticos. E, por isso, se destacando como um dos mais importantes meios de comunicação do século XXI.

Diante dos fatos descritos, pergunta-se: Por que se utilizou a *web* reportagem para abordar o assédio e violência sexual contra crianças e adolescentes? Pelo fato de existir o alcance de público com diferentes idades, o qual fala por si só. O progresso dos meios de comunicação tornou possível uma abrangência muito mais significativa da informação, não só em números de acesso, como na compreensão de temas sensíveis e importantes, que permeiam toda uma sociedade, os quais impactam no pensamento e atitudes de todos os indivíduos envolvidos.

Nesse certame, associamos o dever jornalístico de se evidenciar o que é necessário a partir de um debate público, em que é perceptível a carência de discussão desse assunto em sociedade, não só de entender a dimensão da problemática, como também a relevância de se falar sobre o tema.

3. METODOLOGIA

A escolha de escrever uma reportagem sobre violência sexual contra crianças e adolescentes partiu de uma inquietação mútua de observar como a mídia amapaense estava abordando esses casos. Em virtude disso, observou-se que esse tipo de violência acontece constantemente e, conseqüentemente, o aumento estatístico apresenta-se de forma elevado no decorrer dos anos.

3.1 Precedentes éticos, políticos e bibliográficos do tema para a produção da reportagem

É preciso salientar que o jornalista carrega uma grande responsabilidade na hora de expor uma notícia, principalmente em assuntos sensíveis. A abordagem presente neste trabalho trata disso, afinal de contas, o jornalista tem um dever ético crucial. Como destacado por Jovchelovitch (2000, p. 90), mesmo que os efeitos da mídia em nossas sociedades sejam relativizados, “sua tendência para produzir significados e valores hegemônicos não deve ser subestimada”. Ou seja, é essencial que a cobertura jornalística seja sensível, precisa e contribua para a conscientização pública e o avanço da justiça, sem comprometer ainda mais os afetados ou perpetuar estereótipos prejudiciais.

Por isso decidimos seguir a pesquisa para além dos casos por si. Inicialmente, uma investigação do tema, em literaturas bibliográficas, mas sobretudo, dados divulgados em portais

da internet e debates públicos do senso comum e do acadêmico. Também alcançamos debates ativistas da causa de proteção infanto-juvenil e analisamos o que deveríamos, enquanto comunicadoras, tornar público. É importante ter a compreensão dessa realidade porque o jornalista tem uma responsabilidade social, e a forma como os meios de comunicação abordam os casos de violência contra crianças e adolescentes difere em determinados momentos desta conduta esperada. Já que se explora a dor e a imagem da vítima, na intenção de ter audiência em cima do sofrimento e não a de informar e alertar.

A mídia local segue, de forma infeliz esta conduta, já que se perde na necessidade de cliques e audiência, busca visibilidade sem responsabilidade, transformando o sofrimento alheio em espetáculo ao expor em mínimos detalhes os casos quando a pauta está quente e ainda é de interesse público. Além disso, se abstém de informar de forma responsável, de alertar, de trazer informações que possam ir para além da exploração insensível. A responsabilidade no tratamento de temas sensíveis, como a violência contra crianças e adolescentes, é um imperativo ético e profissional para o jornalista. A maneira como essas questões são abordadas tem implicações profundas, tanto para as vítimas e suas famílias, quanto para a sociedade em geral. Portanto, é essencial que os veículos de comunicação tratem esses temas com a seriedade e a sensibilidade que merecem.

Assim, uma das principais responsabilidades do jornalismo ao relatar casos de violência contra crianças e adolescentes é a proteção da privacidade das vítimas. A exposição indevida pode causar retraumatização, estigmatização e impactos negativos no desenvolvimento psicológico e social. Além disso, a identificação pública pode desencadear represálias ou discriminação, agravando ainda mais a situação.

No que tange a sensacionalização, ao relatar esses casos, pode trivializar a gravidade do abuso, transformar o sofrimento em mero espetáculo e desviar o foco das questões estruturais e preventivas que precisam ser abordadas. O jornalismo responsável deve, portanto, resistir à exploração desses casos como forma de entretenimento e, em vez disso, buscar um tratamento respeitoso e informativo.

Reportagens fundamentadas e bem pesquisadas sobre violência contra crianças e adolescentes têm o potencial de influenciar políticas públicas. Ao expor falhas nos sistemas de proteção, lacunas legislativas e necessidades urgentes, o jornalismo pode pressionar por mudanças que beneficiem as vítimas e previnam futuros casos. Esse papel de advogado é uma extensão natural da função do jornalismo como um pilar da democracia e um guardião dos direitos humanos.

Em suma, o jornalismo tem um papel vital na luta contra a violência infantil e adolescente. Falar sobre esses temas com responsabilidade é essencial não só para proteger as vítimas, mas também para educar e mobilizar a sociedade, influenciar políticas públicas e, finalmente, promover uma cultura de respeito e proteção aos direitos das crianças e adolescentes.

Para se ater aos conceitos básicos, consultamos a cartilha educativa do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, cartilha do Ministério Público Estadual do Amapá abordando a proteção às crianças, analisamos o Estatuto da Criança e do Adolescente, investigamos ainda pela internet quais as ações efetivas de acolhimento de menores vítimas de crimes sexuais, e encontramos a “Rede Abraça-me”, criada pelo governo estadual para promover a comunicação entre diferentes entidades, como escolas, hospitais, centros de assistência social, entre outras. Assim, todos esses materiais de apoio apresentaram orientações concisas sobre como se portar diante de casos elucidados nesse estudo.

3.2 Produção: dados, entrevistas (fontes) e apurações

Posteriormente à reunião dessas informações, entramos em contato por meio de mensagens e ligações com as assessorias governamentais do Estado do Amapá, bem como a Secretaria de Estado da Saúde – SESA e a SVS, a fim de entender o cenário de registro de casos de violência sexual contra menores. Acionamos por meio da Lei de Acesso à Informação online no Portal de Acesso à Informação⁷.

Após levantamento dos números mais recentes de casos no Amapá, focamos especificamente no cenário da escola, por ser um local de formação de pessoas e de interações sociais para convivência em sociedade e crescimento pessoal. A ideia inicial era falar de ocorrências dentro do ambiente escolar, para especificar e delimitar nosso campo de pesquisa.

Com isso, escolhemos contatar a Secretaria de Estado da Educação – SEED para entrevistar alguém responsável pelo Programa de Educação pela Paz, por vez, a coordenadora Maria Diocéles, representante da SEED foi indicada pela assessoria da secretaria. O Programa acima mencionado é um intermediário entre a Secretaria e as escolas de todo Estado, as pessoas envolvidas nesse trabalho compartilham ações educativas e de acolhimento de estudantes, para combater a evasão escolar e proporcionar melhor qualidade de vida aos adolescentes, o que

⁷ Disponível em: www.transparencia.ap.gov.br Acesso em: 2 de novembro de 2024.

inclui educação sexual e criação de um espaço de escuta dentro da escola. A coordenadora nos concedeu a entrevista presencialmente na sala do Programa de Educação pela Paz, dentro de um núcleo da SEED, em Macapá.

Outra fonte indispensável para a reportagem foi o depoimento de uma conselheira tutelar, escolhemos entrevistar a Conselheira Uelma Medeiros, que atua na sede do Buritizal em Macapá. Ela é ativista pela causa da proteção das crianças e adolescentes, e além de ter uma história de luta pela causa, a conselheira palestra em escolas sobre os direitos das crianças, o que é assédio, estupro, o que são crimes contra menores, e sempre após palestras, ela recebe denúncias e depoimentos de vítimas. A conselheira nos recebeu na sua sala dentro do conselho, e a entrevistamos presencialmente utilizando gravador de celular.

Neste ponto, percebemos que era preciso acrescentar mais uma fonte importante neste processo de pesquisa, um representante da área de saúde, já que estamos falando de uma violência que causa um trauma para a vida toda, e aqui, vale ressaltar que este também pode se estender para os familiares, a saúde física torna-se extremamente frágil, tanto quanto a mental.

Diante disso, durante apuração com a conselheira do Conselho Tutelar da Zona Sul de Macapá, fomos informadas de que o Pronto Atendimento Infantil – PAI é o responsável por receber os casos de vítimas de violência sexual. Em contato com a assessoria da SESA, conseguimos direcionamento com a enfermeira Perla Santos, que é responsável pela Sala Lilás do Serviço de Atendimento à Vítima de Violência Infantil (SAVI). A enfermeira nos recebeu no local onde atua para uma entrevista pessoal. Posteriormente, nos mostrou como são as fichas de acolhimento que devem ser preenchidas pelos profissionais, e assim conhecemos o protocolo de atendimento diário às vítimas de violência sexual, e realizamos a entrevista gravada pelo celular.

Em busca de uma profissional da educação que trabalha diretamente com estudantes menores, e que receba também depoimentos de vítimas de violência sexual, encontramos a pedagoga Katiana dos Santos. Ela trabalha em uma escola na Ilha de Santana, área rural do município, onde não há atuação ativa de conselhos tutelares, de menor acesso às informações, lazer, saúde e rede de proteção aos menores, e, conseqüentemente, têm registros absurdos de casos de estupro de menores, que são abafados pela família e até mesmo pela escola. Fomos na casa da pedagoga e a entrevistamos utilizando o gravador do celular.

Depois de consultar essas fontes do âmbito educacional, percebemos que os casos de professores ou outros profissionais dentro das instituições de ensino nem se comparam com os números alarmantes de casos intrafamiliar, ou seja, as entrevistadas em suas vivências e atuação

com menores recebem diariamente casos e casos de crimes contra menores nos quais os principais agressores estão dentro de casa, pais, tios, avós, primos, irmãos. Portanto, optou-se por abranger na pesquisa e na escrita da reportagem todos os casos de violação à integridade de menores, sendo a maioria no meio intrafamiliar.

Outro aspecto que vale enfatizar, é que todas as entrevistadas reforçaram e mostraram que graças às ações dentro de escolas voltadas para a conscientização da violação de direitos de menores, as vítimas encontram no ambiente escolar um espaço destinado ao acolhimento e desabafo de casos reais. São depoimentos que chegam às professoras, diretoras e pedagogas, as quais direcionam aos conselhos tutelares responsáveis por garantir a segurança e proteção dessas vítimas. Apesar do registro de tantos crimes, a maior divulgação na mídia também auxilia no combate à violência sexual infanto juvenil.

Uma nova preocupação no processo da nossa reportagem foi tentar compreender e trazer à tona, para além da importância e necessidade de não duvidar do desabafo de vítimas menores, quais são as consequências desses abusos para a saúde mental e desenvolvimento cognitivo da vítima, e como a falta de acolhimento e proteção pode revitimizar esse menor.

Com base nisso, entre nossa rede de contatos escolhemos falar com uma psicóloga especialista na infância em educação e psicanálise com crianças e adolescente Silvia Cristina Mendonça, a qual trouxe sua experiência profissional e conhecimentos científicos da área da psicologia durante entrevista online, feita através de chamada de vídeo no *whatsapp*.

Seu olhar profissional sobre o assunto foi fundamental para a pesquisa, porque entender as consequências a longo prazo para as vítimas possibilita uma escrita mais humana. É preciso compreender que as reportagens bem elaboradas são capazes de educar o público sobre os sinais de abuso, e a importância de uma intervenção precoce para a segurança e qualidade futura de vida desta vítima. Assim, uma cobertura eficiente jornalística responsável não apenas informa, mas também mobiliza a sociedade para agir contra essa violência.

3.3 Web Reportagem: escrita e publicação

Depois de todas as informações colhidas, e considerando todas as reflexões necessárias trazidas por todas as fontes entrevistadas, se iniciou a elaboração da escrita da reportagem, considerando a necessidade de produção de imagens e ilustrações, assim como os gráficos para apreciação das estatísticas. Ao fim, a publicação em uma plataforma online, onde criamos uma

página de modo gratuito, que nos permitisse editar todo o material de forma simples sem a necessidade de um conhecimento mais profundo em *designer*.

Nessa conjectura, optamos pela escrita de uma matéria detalhada sobre a temática do assédio sexual contra menores, com apresentação de números levantados pela nossa pesquisa, com falas de pessoas que trabalham diretamente com esses casos; tudo isso em texto em pirâmide normal, ou seja, as principais informações são lidas ao longo da narrativa linear, equiparada ao jornalismo literário, no qual a linguagem da escrita detalha também o processo da produção da reportagem, com utilização de verbos na primeira pessoa do plural.

Foi necessário produzir os gráficos com dados e estatísticas levantadas pela nossa apuração no Portal da Transparência através da Lei de Acesso à Informação, e divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. As imagens/ilustrações foram distribuída na *web* reportagem conforme a contextualizada e descreve um fato, e servem para maior entendimento de quem lê, assim como os gráficos facilitam a compreensão do que é descrito na reportagem.

Usamos a plataforma *Hostinger* para publicação da reportagem, pois ela oferta diversos recursos de edição e criação de sites, adequada ao formato da criação desta pesquisa.

4. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

4.1 Pauta

O tema escolhido para a produção da reportagem partiu de um questionamento, ao observarmos que existia um número alarmante de casos de violência contra crianças e adolescentes acontecendo no Estado do Amapá, e a divulgação desses casos era mínima em comparação a realidade, e quando divulgados pela mídia local, apresentava característica sensacionalista. Percebemos ao longo da pesquisa, além do tema ser invisibilizado pela mídia, ele era abordado sem responsabilidade social.

A partir disso, procuramos uma forma de evidenciar o assunto, considerando a escola o ambiente ideal para começar tendo em vista que por lá se forma a consciência infanto-juvenil. Assim, questiona-se: Será que esse ambiente estava trazendo esse tema para as crianças e adolescentes buscando a proteção e considerando que a mídia não estava cumprindo o seu dever social? Buscamos também, conhecer e compartilhar por meio da matéria qual a rede de apoio que as vítimas são acolhidas no Estado, como atendimentos de saúde física e emocional, atenção assistencial e como atuam os conselhos tutelares.

4.2 Página da Web

A reportagem *web* foi o formato escolhido para produção e abordagem da violência sexual contra crianças e adolescentes no Amapá. O texto permite maior detalhamento, aprofundamento adequado, onde o assunto pode ser pautado com a dimensão e seriedade exigidas. A *web* reportagem tem como uma das características a possibilidade de maior compartilhamento do *link* por aplicativos de mensagens e redes sociais, e todo o conteúdo pode ser lido em diferentes formatos como *smartphones*, computadores e *tablets*, compondo o principal objetivo da matéria: alcançar o maior público possível pela urgência.

O produto foi criado a partir da coleta de entrevistas pessoais com diferentes especialistas, gravadas em áudio para posterior transcrição para a matéria, com captura de fotografias dos entrevistados e dos lugares para contextualizar e utilizar junto ao texto escrito. A produção das fotografias ficou limitada pela restrição que os espaços onde as entrevistas aconteciam possuíam, nem todas as entrevistadas sentiram-se à vontade para liberar imagens dos locais, como sala do conselho tutelar, salas de acolhimento às vítimas de abuso por receio de perseguição. A pesquisa apurada e organizada textualmente no aplicativo *word* pelo computador, iniciou-se a etapa da criação do site, por meio da plataforma *Hostinger*, projetada para hospedagem de sites, criação de *blogs* e assinaturas de domínios na internet. Ela foi escolhida pela possibilidade de pacotes de hospedagem de um site próprio e diferentes ferramentas necessárias para a reportagem que estava sendo planejada e arquitetada.



Fonte: vozessilenciadas.com

Após a criação e escolha do formato para criação de um *blog* de única página, com a possibilidade de inserir texto, *hiperlinks*, fotos, infográficos e *design* que conversasse com o conteúdo. Foram escolhidos diferentes tons da cor laranja, utilizada na campanha do Maio Laranja, mês nacional de combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil, tanto no corpo que organiza o texto, quanto em imagens de dados, estatísticas e até partes do texto.

Na atualidade, em uma massa de compartilhamentos online e maior consumo de informação em um curto espaço de tempo, a reportagem *web* se consagra com sua riqueza de elementos e detalhes, relatos, e outras artimanhas que chamam a atenção de quem lê. Longhi e Winkes (2015, p.113) defendem como esse formato colabora com o papel de um jornalismo responsável, bem pesquisado e que oferece aos leitores mais atentos e curiosos pelo conteúdo cheio de desdobramentos. Para tanto, “Com efeito, o texto longo se destaca não apenas pelo formato, mas também pela apuração, contextualização e aprofundamento. Textos com essa característica propõem uma leitura mais lenta e um leitor disposto a dedicar tempo para a mesma”.

Sendo assim, o tempo gasto pelo leitor onde acompanha as informações aprofundadas, pode ser aproveitado para analisar os elementos não textuais, bem como olho do texto, fotografias e infográficos, a fim de se ter uma melhor compreensão e dimensão da realidade, além de tornar a leitura mais atrativa e dinâmica.

“Os pais quando descobrem tem medo. A dependência econômica, a dependência afetiva, a exposição social, o julgamento social, qualquer outra coisa, são mais importantes ou se tornam mais importante que a segurança da criança”, explicou Huelma Mendeiros, conselheira tutelar da zona sul de Macapá.

A impactante fala da conselheira reverbera a dificuldade em fazer valer os relatos das crianças, que possuem um valor menor diante da honra, do medo, da vergonha. Por que esses fatores chocam mais que a própria violência?



“Pior do que enterrar essas crianças mortas é enterrar elas vivas. Porque é isso que eu faço, cada vez que um caso acontece, quando eu olho no olho delas, vejo que elas não querem mais nada com nada.”



Fonte: vozessilenciadas.com

Outro fator citado pelas autoras no artigo “**O lugar do *long form* no jornalismo online: Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo**” foi a adaptação da proposta das reportagens publicadas no impresso para o formato *web*, cada vez mais popular. A separação em partes do texto foi uma escolha de produção proposital a organização do processo de leitura e exposição dinâmica das informações. E como uma página, que vai levar o leitor a descer a barra e continuar lendo abaixo, os elementos devem conversar entre si, mas ainda manter uma sistematização do que seriam as partes da reportagem. De acordo com Longhi e Winkes (2015, p.113):

Com a evolução do código HTML, na sua quinta versão, é modificada a estruturação do produto em uma única janela, numa espécie de “pacote fechado” que passa a ser substituída pela utilização da página/tela na sua totalidade, a leitura pela barra de scrolling, a barra lateral da página. Considerando-se o desenho da interface e a navegação, talvez a maior contribuição do HTML5 seja a padronização (LONGHI, 2014). O design responsivo também se configura no grande definidor do momento de virada e de adaptação da grande reportagem ao meio. Essa característica diz respeito aos sites que se adaptam ao suporte que o usuário está usando, ou seja, o design e as informações se adaptam ao celular, tablet, televisão ou computador. A aposta nas histórias mais imersivas, texto centralizado, e design ocupando toda a superfície da tela, são tendências que vêm sendo observadas.

Para além do formato e utilização de elementos que facilitassem o dinamismo da leitura, o processo da escrita e escolha da linguagem não foi diferente. No texto se buscou “conversar” com quem lê, detalhando também como ocorreu nosso processo de procura pelas informações. Mesmo com dados inéditos acessados com exclusividade na apuração da reportagem e podendo usar disso como foco principal da matéria, ainda assim escolhemos contar uma história que se repete ano a ano no Brasil, e especificamente no Amapá: os persistentes casos de abuso sexual contra menores de idade e o que está sendo feito pelo Estado e pela Escola no processo de enfrentamento, educação sexual, acolhimento das vítimas e punição dos agressores.

No processo da roteirização da matéria e construção do corpo textual buscou-se criar uma conexão entre a informação contada e os fatos esclarecidos e sistematizados, tendo em vista que o público-alvo são pessoas alfabetizadas, sem especificidade de faixa etária, o objetivo é alcançar o máximo de pessoas possível com essas informações.

A técnica escolhida na organização das informações foi a pirâmide literária, pois o texto além de ser informativo, tem riqueza de detalhes e é descritivo, pois conta com uma cronologia de fatos, contextualizando a problemática, abordando o posicionamento de diferentes autoridades no assunto, com relatos de vivências reais, até as formas de como a própria mídia

apropria-se de noticiar fatos referentes ao tema. E na sequência como a educação e divulgação do combate a esse crime colabora para o aumento de denúncias.

Ademais, mostramos na reportagem, também, como funciona a rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais no Amapá, e quais as consequências desse trauma na vida de quem sofreu e sofre.

A história que se repete ano após ano, refletida nos números levantados pela Polícia Civil amapaense, pela SEJUSP, acessados pela Lei de Acesso a Informação no site do governo amapaense; tudo isso também é refletido pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Essas fontes foram escolhidas para refletir a complexidade e epidemia de abuso de crianças e adolescentes, e esses números foram demonstrados em formato infográfico para maior compreensão de leitores em diferentes faixas etárias e graus de escolaridade distintos. Os infográficos utilizados foram montados em um aplicativo chamado Canva, uma plataforma de criação de *designs*, e através do recurso de construção de gráficos montamos as imagens ilustrativas com o objetivo principal de auxiliar na leitura do texto, onde se descreve esses levantamentos.

A inovação da *web* reportagem torna a experiência do consumo de notícias cada vez mais dinâmico e ‘multi-interativo’, as plataformas virtuais permitem e exigem a transformação dos textos em linguagem mais direta, flexível e interligada com outros *links*. A existência dos *hiperlinks* criam informações cada vez mais integrantes entre si, ferramentas essas escolhidas para contextualizar as informações apuradas na escrita. Essa experiência é exemplificada:

Já a *web* reportagem pode ou não se apropriar do JDBD. Enquanto a reportagem guiada por dados (RGD) tem como base a estatística, as ciências da computação, a análise quantitativa, a *web* reportagem está diretamente vinculada às particularidades do meio: interatividade, multimídia, hiperlinks, que também são apropriadas nas RGD. Denominada também “reportagem multimídia”, “narrativa multimídia” ou “especial multimídia”. Longhi considera a *web* reportagem como “Grande reportagem constituída por formatos de linguagem multimídia convergentes, integrando gêneros como a entrevista, o documentário, a infografia, a opinião, a crítica, a pesquisa, dentre outros, num único pacote de informação, interativo e multilinear (2010, p.159-160)”. A *web* reportagem também nos leva à hipernarrativa, porque o internauta se torna “performador”, confirmando a flexibilidade da narrativa da reportagem. (Gonçalves, Dos Santos e Renó, 2015;2016, p. 14)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção dessa pesquisa que culminou na escrita da reportagem buscou visibilizar a seriedade dos inúmeros casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, trouxe à tona

o debate público em diferentes perspectivas que trabalham diretamente com o atendimento e acolhimento de vítimas.

Através da escrita jornalística e da busca por informações conhecemos diferentes profissionais atuantes na área da saúde, educação, psicologia, conselho tutelar e até jornalista, para entender quais são de fato os direitos de menores determinado pelo ECA.

Respondemos as perguntas de o que fazer quando se descobre um caso de violência sexual contra criança e adolescente, como ajudar? Para quais lugares a vítima é encaminhada? Onde acontecem a maioria dos casos? Quem são os agressores? Quais as consequências para o desenvolvimento psicológico da vítima? Como a mídia amapaense noticia esse assunto? E como a escola atua educando e até identificando casos?.

Enquanto jornalistas, focamos em dar voz e espaço na agenda pública sobre o tabu cercado pela discussão pública da segurança e da integridade de menores, baseando-se no conceito do interdito defendido pelo pensador francês Foucault em “A Ordem do Discurso” (1996) que afirma existir discursos de ordem de poder. Observamos na pesquisa e analisando os meios de comunicação Amapaense que não se noticia com responsabilidade e seguindo os critérios de ética jornalística, além de não se aprofundarem em educar a população e mobilizar para o combate a esse problema social

O interdito sobre a violência sexual contra menores é justamente o que fica subentendido entre as pessoas responsáveis pela manutenção de uma ordem social, a “defesa da família”, discurso esse que silencia e impede vítimas de abuso de buscarem ajuda e denunciarem. Segundo as entrevistadas, a própria família, e pessoas próximas desencorajam a denúncia, duvidam do relato e reprimem a criança e adolescente que sofreu abuso.

A reportagem denuncia o aumento de casos, principalmente no meio intrafamiliar, e revela a atuação de profissionais da educação no ambiente escolar enquanto uma rede de apoio para denúncias de casos e encaminhamento das vítimas para a rede de proteção do conselho tutelar e dos órgãos de saúde e assistência social. O intuito de apresentar linearmente essa rede de proteção pouco divulgada pela mídia foi exercer o papel social do jornalismo como construção social de transformação, com base em Sodré (2009), a construção do pensamento coletivo por meio da comunicação e educação é responsável pelo desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

Amapá tem maior taxa do país de estudantes de 13 a 17 anos que já sofreram abuso sexual. G1 Amapá, 2021.

Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/09/13/amapa-tem-maior-taxa-do-pais-de-estudantes-de-13-a-17-anos-que-ja-sofreram-abuso-sexual.ghtml>. Acesso em 2 de novembro de 2024.

Anuário Brasileiro De Segurança Pública 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.

Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>. Acesso em 2 de novembro de 2024.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do Jornalismo.** Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora. 1960.

BERGER, Piter L. & LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade:** Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1994.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras 2002.

Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética do Jornalista em 2014.** Disponível: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso: 2 nov. 2024.

FILHO, Adelmo Genro. **O segredo da pirâmide invertida:** para uma teoria do jornalismo. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes. DOS SANTOS, Marli. RENÓ, Denis Porto. **Reportagem:** o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo. Chasqui, Quito Equador, Volume 130. p. 223-242, dezembro de 2015 – março de 2016.

HOHLFELDT, Antonio. MARTINO, Luiz C. FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Da Carta de Caminha ao caso Galdino:** uma breve análise da imagem dos indígenas na mídia impressa. N. 16 Artigo (Comunicação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/61506241/Da_Carta_de_Caminha_ao_caso_Galdino_uma_breve_an%C3%A1lise_da_imagem_dos_ind%C3%ADgenas_na_m%C3%ADdia_impressa?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 22 de maio de 2024.

LONGHI, Raquel Ritter. WINQUES, Kérley. **O lugar do long form no jornalismo online: Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo.** Disponível em <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693>. Acesso em 4 de janeiro de 2025.

M. DUARTE, Márcia Yukiko. **Comunicação e Cidadania** IN: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Atlas, 2007.

Amapá (Estado). Ministério Público do Estado Cartilha da Rede Abraça-me: Rede de enfrentamento a violência sexual infante juvenil - Macapá [AP / Ministério Público do Estado do Amapá. Centro de apoio operacional da infância, juventude e educação. — Macapá : [s.n], 2013. 16 p. : il. , color. ; 21 cm . 1. Violência Sexual infante juvenil. 2. Amapá. 3. Rede abraça-me . I. Título. II. Autor. Disponível em: https://portal.mpap.mp.br/images/cartilha_abraca-me.pdf Acesso em 2 de novembro de 2024.

MIRANDA, Beatriz Castro. SANTOS, Carolina Xavier. **A política brasileira no alcance dos dedos: os limites e as possibilidades do agir democrático no ciberespaço.** Internet & Sociedade, São Paulo, V. 2 , N. 1, páginas 135 a 163, junho de 2021. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/a-politica-brasileira-no-alcance-dos-dedos-os-limites-e-as-possibilidades-do-agir-democratico-no-ciberespaco/> acesso em 18 de novembro de 2023.

MOREIRA, Carol. BONAFE, Mabe. **Modus Operandi: guia de true crime.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

Pesquisa nacional de saúde do escolar : análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental : municípios das capitais : 2009/2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101955> Acesso em: 2 de novembro de 2024.

SILVA, Firmino Fernando da. **Jornalismo Móvel Digital: uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção na reportagem de campo.** 2013, N. 408. Tese (Comunicação) - Salvador, UFBA, 2013.

SILVEIRA, Patrícia. MARÔPO, Lidia. **Jornalismo e construção social da realidade: um contributo para o debate teórico.** 2014. Revista Comunicado. Vol . Artigo (Comunicação). Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21250/1/Jornalismo%20e%20constru%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20realidade%20-%20pp.%207-19.pdf> Acesso em 19 de maio de 2024.

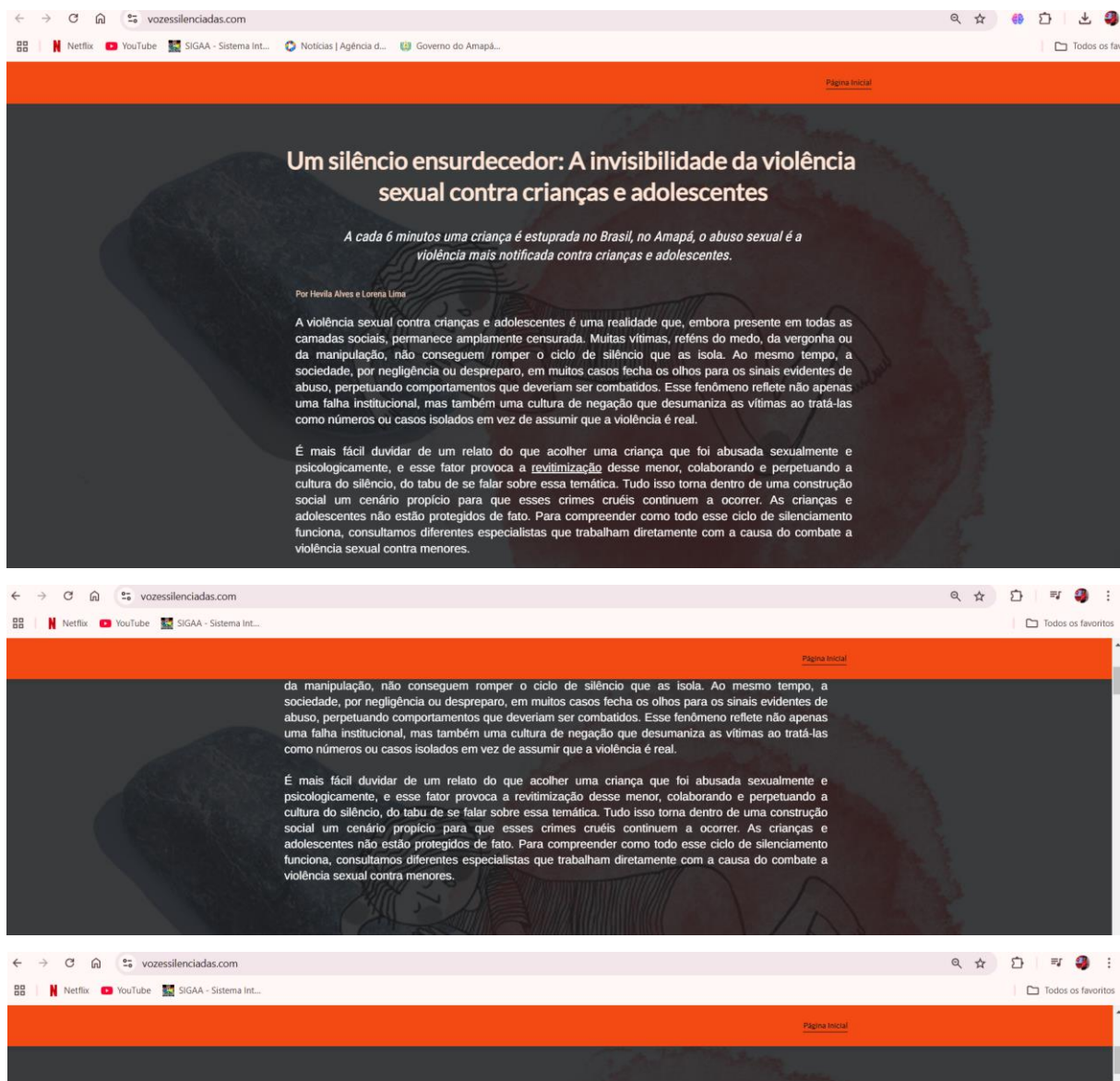
SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo.** Chapecó. Argos, 2002.

APÊNDICE – LINK DA REPORTAGEM

<https://vozessilenciadas.com/>

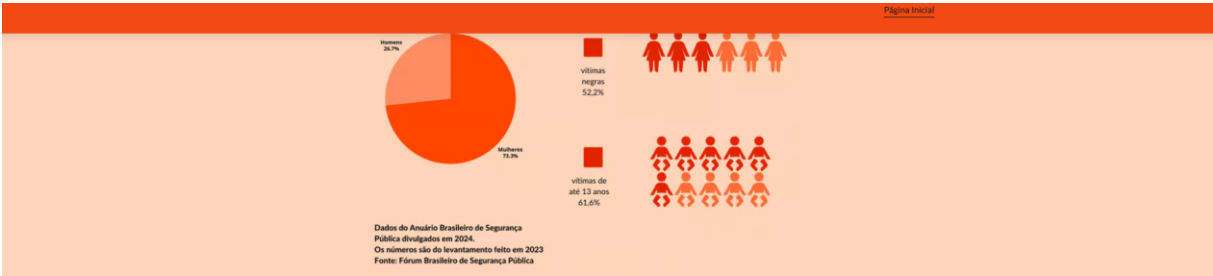


“Os pais quando descobrem tem medo. A dependência econômica, a dependência afetiva, a exposição social, o julgamento social, qualquer outra coisa, são mais importantes ou se tornam mais importante que a segurança da criança”, explicou Huelma Mendeiros, conselheira tutelar da zona sul de Macapá.

A impactante fala da conselheira reverbera a dificuldade em fazer valer os relatos das crianças, que possuem um valor menor diante da honra, do medo, da vergonha. Por que esses fatores chocam mais que a própria violência?



” Pior do que enterrar essas crianças mortas é enterrar elas vivas. Porque é isso que eu faço, cada vez que um caso acontece, quando eu olho no olho delas, vejo que elas não querem mais nada com nada.

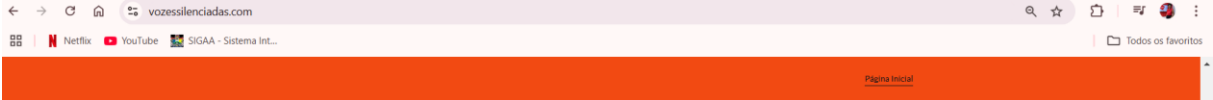
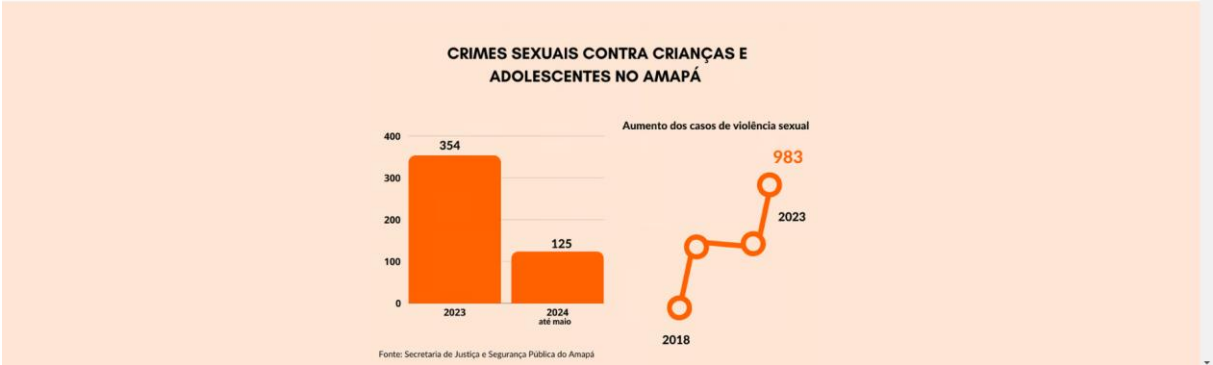


Em 2024, o **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** revelou um total de 83.988 casos de estupro registrados no ano anterior, quando houve o registro de um crime de estupro a cada seis minutos.

Desse total, mais da metade são casos de estupro de vulnerável, cerca de 76%. O perfil da maioria das vítimas de estupro no país: são meninas negras de até 13 anos de idade.

Fonte: **Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**.

Até pelo perfil dos agressores, familiares na maioria dos casos, o local mais frequente para os abusos sexuais foi a residência em 61,7% dos casos. Nos estupros de vulnerável a casa aparece como o local da violência em 64,7% dos registros. Entre os estupros a via pública foi o local indicado em 20% dos casos e, nos estupros de vulnerável, em apenas 10,6% dos casos", destaca o Anuário.



No Amapá, o abuso sexual é a forma de violência contra crianças e adolescentes mais notificada e crescente com 983 casos no período de 2018 a 2023, sem considerar a subnotificação.

Nesse estado, a maioria das vítimas são meninas com idades entre 10 e 14 anos e meninos com a faixa etária entre 5 e 9 anos. Em relação aos meninos, quanto mais velhos ficam, menor é a chance de a denúncia ser formalizada e os casos reais não são de fatos notificados.

Fonte: **Relatório do Mapeamento do Maio Laranja divulgados pelo Governo do Amapá**.

Dados da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Amapá, acessados pelo Portal da Transparência com exclusividade por essa reportagem, mostram que os crimes de assédio, estupro de vulnerável e importunação sexual registrados no Amapá, só no ano de 2023, totalizaram 354 casos, referentes a vítimas com idades entre 0 e 12 anos. Já no ano de 2024, foram 125 casos, até o mês de maio.

Apesar dos números oficiais registrados em boletins de ocorrência nas delegacias de repressão aos crimes contra a criança e o adolescente já serem altos, a **Childhood Brasil** defende que as estimativas apontam apenas 10% dos casos de violência sexual infantojuvenil de fato denunciados.

← → ↻ ↺ vozessilenciadas.com 🔍 ☆ 📁 📄 Todos os favoritos

Página Inicial



Charge ilustrativa encontrada na internet.
Autor desconhecido



COMPORTAMENTO DOS RESPONSÁVEIS DE VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL
<https://www.youtube.com/watch?v=9fmoQ00fms>

A conselheira tutelar, Huelma Medeiros, trabalha há mais de 15 anos atendendo crianças e adolescentes. Formada em pedagogia, sua vocação sempre foi estar à disposição para atender e acolher os pequenos. Ela reafirma aquilo que os dados expõem; os casos estão mais próximos do que se imagina, os abusos acontecem debaixo do nosso próprio nariz, dentro de casa. "A maioria dos dados acontece sempre dentro de todo meio social de confiança; dentro da igreja, na casa da avó, dentro de casa, você pode até dizer que vai sempre ficar atento a sua criança, a tudo que acontece com ela, e que ela sempre vai estar em um lugar confiável, mas nada disso adianta se quando a criança vem e conta que alguém tocou nela, você não acredita e ainda reprime", afirma a conselheira tutelar.

Uma das principais características que sempre acompanham a violência praticada contra crianças e adolescentes é a dúvida. É muito fácil desacreditar uma criança, é cultural pensar que crianças mentem e inventam histórias. Então, o agressor sempre fica em um lugar confortável para violar crianças, pois pode se fazer valer de justificativas levianas para perpetuar atos de violência que afetam as vidas delas para sempre. "A primeira coisa que o abusador coloca na cabeça da vítima é a dúvida da tua verdade", enfatiza Huelma Mendeiros.

← → ↻ ↺ vozessilenciadas.com 🔍 ☆ 📁 📄 Todos os favoritos

Página Inicial

A dúvida do relato interfere no psiquismo da vítima. A psicóloga e especialista em educação e psicanálise com crianças e adolescente, Silvia Cristina Mendonça, defende que a revelação da violência para outra pessoa costuma demorar pelo menos um ano para acontecer, sendo que em muitas situações a vivência do abuso perdura por muitos anos, e isso se dá por conta da Síndrome de Segredo.



Psicóloga infantil Silvia Cristina Mendonça.
Foto: arquivo pessoal

"No jogo da Síndrome do Segredo, o agressor utiliza estratégias para que a vítima não traga a situação à tona, já que o abuso é visto como algo terrível diante da sociedade. Ele ameaça fazer mal a ela ou a alguém importante (mãe, irmãos), afirma que se contar para alguém não acreditarão nela ou a culpam pelo que aconteceu, ou ainda que será responsabilizada pela tristeza da mãe e separação da família, oferece presentes e, dependendo da idade da criança, leva-a a entender que o que acontece entre ela e o abusador é apenas um carinho e que é o 'segredo' deles", exemplifica a psicóloga Silvia.



Charge sobre aliciamento de menores. Autor: Gilmar Fraga

vozessilenciadas.com

Netflix YouTube SIGAA - Sistema Int...

Todos os favoritos

Página Inicial

Escola

As crianças e os adolescentes precisam de espaços seguros para se desenvolverem de forma plena. Sendo assim, a escola ganha um papel fundamental neste processo porque é um espaço de aprendizado e acolhimento. É o principal local de formação para convivência em sociedade, crescimento profissional e aprimoramento de diferentes habilidades cognitivas.



Psicopedagoga Vanessa Rudnick contextualiza o desenvolvimento cognitivo na educação infantil

https://www.youtube.com/watch?v=H05_06eo8Qs

Em muitos casos, é dentro desse ambiente escolar que se detectam as vítimas. Em segundo, o espaço doméstico. A escola é o lugar onde as crianças mais passam o seu tempo, onde é possível observar as mudanças de comportamento mais comuns entre aqueles que sofreram abuso. Os professores e pedagogos precisam estar atentos para notar e buscar entender.



A pedagoga Katiana Damasceno trabalha em uma escola na zona rural do município de Santana, que fica a 17 quilômetros de Macapá. Ela recebe constantemente a confiança de estudantes que fazem denúncias de abusos por sofrerem ou terem

vozessilenciadas.com

Página Inicial

A gente precisa que ela (a vítima) confie. Enquanto pedagoga, eu acredito que enquanto escola a gente poderia seguir um protocolo: encaminhar para o conselho tutelar e levar para a defensoria a situação. Mas como se trata de menores de idade, a mãe é quem acaba respondendo pela aluna afirmando que a menor está mentindo. Eu deixo quieto, a gente como ser humano sabe que não deveria, mas não tem o que fazer. Quando chega na família, ela morre negando. Quando acontece um caso, acontece um motim contra professores e não contra os agressores", revela a pedagoga Katiana.



Centro de Valorização da Educação, núcleo da Secretaria de Estado da Educação localizada em Macapá. Foto: Lorena Lima

vozessilenciadas.com

Página Inicial

Para entender o funcionamento de casos notificados pelas escolas, acionamos a Secretaria de Educação do Estado. Maria Diocéles de Nascimento Souza, coordenadora do programa Educação para a Paz, explicou como proceder nesses casos. A coordenadora afirmou que as escolas são protocoladas para receber denúncias de estudantes e acionar o conselho tutelar para medidas cabíveis, apesar disso as instituições de ensino não necessariamente contabilizam esses casos.

A subnotificação é algo que a gente ainda não conseguiu de forma alguma uma solução exata. Tem várias estratégias de incentivo à denúncia, como palestras, acolhimentos e rodadas de conversa para incentivar essa criança a entender o que está acontecendo para tomar as providências", afirma Diocéles.



Equipe do programa Educação Pela Paz, coordenado pela Maria Diocéles de Nascimento, vestida de calça bege e blusa branca.
Foto Lorena Lima

Ela também alertou para os inúmeros fatores que colaboram para que a subnotificação continue a existir, como agressores que também são familiares das vítimas (pais, tios) ou são faccionados e despertam na escola um sentimento de medo e impunidade para tomar qualquer atitude. Novamente o medo, agora da instituição que poderia agir em favor das vítimas. O medo da retaliação às escolas e servidores assusta mais que a segurança violada da criança.

Ela também alertou para os inúmeros fatores que colaboram para que a subnotificação continue a existir, como agressores que também são familiares das vítimas (pais, tios) ou são faccionados e despertam na escola um sentimento de medo e impunidade para tomar qualquer atitude. Novamente o medo, agora da instituição que poderia agir em favor das vítimas. O medo da retaliação às escolas e servidores assusta mais que a segurança violada da criança.

Um dos casos de violência sexual mais recentes divulgados pelo portal de notícias [g1 Amapá](#) foi denunciado graças ao acolhimento de vítima dentro da escola. O agressor é o próprio pai. A menina foi violentada dos 10 aos 14 anos de idade e só conseguiu contar para alguém por meio de uma carta escrita para a coordenação de sua escola em Macapá, que em seguida a levou diretamente para o conselho tutelar. A adolescente acabou engravidando por conta dos abusos e precisou pedir ajuda para a escola porque sua mãe não acreditou no relato.

← → ↻ ↺ vozessilenciadas.com 🔍 ☆ 📁 Todos os favoritos

📺 Netflix 📺 YouTube 📺 SIGAA - Sistema Int...

Página Inicial

E, qual é o protocolo de atendimento?



Pronto Atendimento Infantil localizado em Macapá.
Foto: Lorena Lima

Durante apuração com o Conselho Tutelar da Zona Sul de Macapá, fomos informadas de que o Pronto Atendimento Infantil (PAI) é o responsável por receber os casos de vítimas de violência sexual. Em visita ao PAI, descobrimos o Serviço de Atendimento à Vítima de Violência Infantil (SAVI), que funciona dentro da estrutura do PAI.

O principal objetivo desse serviço é acolher as vítimas e realizar exames de possíveis infecções sexuais. Profissionais como enfermeiros, assistentes sociais, psicólogas trabalham nessa triagem com o preenchimento da ficha, contendo informações sobre a saúde da vítima. Todos os profissionais, individualmente, atendem a criança e fazem observações sobre a situação. Diante do primeiro relato, no SAVI, os profissionais precisam identificar

← → ↻ ↺ vozessilenciadas.com 🔍 ☆ 📁 Todos os favoritos

📺 Netflix 📺 YouTube 📺 SIGAA - Sistema Int...

Página Inicial

acompanhamento possa prosseguir de acordo com cada caso.

A enfermeira Perla Santos, que trabalha no SAVI, nos levou para uma sala pequena, ao lado de onde crianças recebiam medicação. Lá, nos mostrou como são as fichas de acolhimento que devem ser preenchidas pelos profissionais. Ao explicar o fluxo de trabalho, trouxe à tona a preocupação dos profissionais em não 'revitimizar' esses menores, que seria fazer com que o relato seja repetido diversas vezes e a violência seja revivida.

"O adolescente ou a criança quando mais entendidos, com maior discernimento, chegam ao PAI mais reclusas, retraídas, chorosas, não querem falar, ansiosas, com medo e angústia. É comum que pela violência não sintam confiança nas pessoas, e se sintam culpadas pela violência que aconteceu. A escuta protegida é um direito da criança, mas não uma obrigação", observa a enfermeira Perla.



Enfermeira Perla Santos detalhando o protocolo de atendimento às vítimas de abuso. Foto: Lorena Lima

O acolhimento à vítima busca fazer com que a criança se sinta acolhida e acabe realizando um relato espontâneo do que aconteceu. O atendimento não pode ter qualquer tipo de julgamento, o enfoque é atender a criança e a família. O familiar sempre deve estar presente para receberem as devidas orientações dos profissionais da saúde.

vozessilenciadas.com

Netfix YouTube SIGAA - Sistema Int...

Todos os favoritos

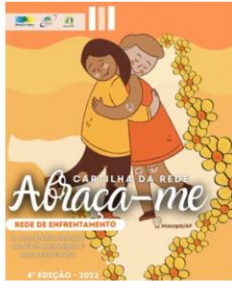
Página Inicial

Existir algo que nem os pais sabem por isso os pais precisam saber sempre ouvir as crianças sobre esse assunto, a escola deve ensinar sobre esse assunto de forma contínua. Se você rejeita ou diminui de alguma forma essa criança, para que ela faça esse relato pode ser muito delicado", afirma a enfermeira.

O trabalho dos profissionais do SAVI não se resume a atender crianças, de 0 a 12 anos, ou redirecionar adolescentes para o Hospital Estadual; esses trabalhadores, mensalmente, se reúnem por meio da Rede Abraça-me para abordar todo o problema e por meio dessas reuniões buscar estratégias de enfrentamento.

Rede Abraça-me

Composta por diversas entidades da sociedade civil e órgãos governamentais, a Rede Abraça-me é um grupo de enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, do município de Macapá. Desde 2008, a Rede realiza ações integradas com objetivo de aprimorar o sistema de proteção e garantia de direitos desse público. Alguns dos profissionais citados nesta reportagem compõem a Rede Abraça-me.



Página Inicial

Debate Público: como a mídia divulga esta pauta social tão importante?

O progresso dos meios de comunicação tornou possível um alcance muito mais significativo da informação, não só em números de acesso, como na compreensão de temas sensíveis e importantes na sociedade como este. Associamos o dever jornalístico de se evidenciar o que é necessário e a carência da sociedade, não só de entender a dimensão da problemática como a importância de falar sobre o tema.

"A mídia tem um papel muito importante, mas evita falar, evita trazer o tema à tona. Falar de abuso? Falar de exploração sexual? Não, minha, nossa não. Querem falar do abuso só em maio, porque é maio laranja, mês de conscientização. Mas, só se comete violência sexual em maio? Por dia, mais de 100 mil crianças sofrem violações que envolvem violências sexuais. Então, falta visibilidade correta para dar voz a essa realidade, porque é como eu sempre digo: pior do que enterrar essas crianças mortas é enterrar elas vivas. Porque é isso que eu faço, cada vez que um caso acontece, quando eu olho no olho delas, vejo que elas não querem mais nada com nada, então começa um trabalho de ressignificar a dor para que elas possam sobreviver. E você, sabe o que é isso? Ressignificar uma dor para viver?", questiona Huelma medeiros, conselheira tutelar.

O Código de Ética do Jornalista Brasileiro defende como essencial e primordial a proteção de minorias como pessoas negras, LGBTQIAP+, indígenas, crianças e adolescentes. As notícias devem respeitar e assegurar os direitos dos mais vulneráveis, divulgar a realidade como ela é, em prol da educação da sociedade em busca de melhorias para quem mais sofre. No caso de crianças e adolescentes, são vítimas que não tem voz nem quem os defenda, e o jornalismo se faz crucial na divulgação dos canais de denúncias, como identificar sinais de casos e como ajudar pessoas que sofrem abuso.

Página Inicial

O jornalista e âncora do Jornal do Amapá segunda edição, William Amanajás, acredita que o assunto conquistou mais notoriedade na mídia amapaense. "Quando avaliados os últimos cinco anos, é possível constatar que a pauta ganhou mais espaço dentro das coberturas e os responsáveis passaram a ter identidade. Isso é o mais importante, para que não façam de outras crianças e adolescentes vítimas de um crime subjetivamente irreversível", defende.



Apresentador do Jornal do Amapá 2ª edição.
Foto: arquivo pessoal

Não é porque a mídia passou a falar mais de abuso contra menores que isso pode ser feito de qualquer forma. Vale reforçar a seriedade que isso precisa ser levado. O jornalista William reforça quais cuidados devem ser tomados pelos profissionais de imprensa.

"De modo geral, quando a abordagem jornalística trata-se de casos de violência e assédio sexual contra crianças e adolescentes, é importante atentar para o cumprimento de todas as regras exigidas pela ética jornalística. Porque assim como o fato pode ser verídico e confirmado através de exames laboratoriais, ou outros recursos que registrem e deem veracidade ao crime, pode ser que o caso não seja confirmado. Portanto, o profissional precisa recorrer aos recursos jornalísticos, que só são embasados na academia, para construção da notícia.

Apurar fatos, ouvir todos os lados envolvidos, aguardar posicionamento oficial, para depois veicular a notícia. Ainda há muito caminho para avançar quanto a cobertura jornalística em casos de assédio sexual e violência sexual contra crianças e adolescentes no Amapá. Muitos veículos ainda não se atentaram para esta apuração. Mas a corrida para noticiar o assunto em primeira mão pode conduzi-los ao erro", explica William Amanajás.

Além do dever de noticiar, o jornalista precisa corresponder ao seu papel social que seria: "orientar, incentivar as denúncias e, quando confirmados os fatos, dar publicidade aos responsáveis pelo crime, para que não sejam reincidentes e novos direitos não sejam violados", como contextualiza o jornalista.

Porém, com o tempo, a repetição dessas notícias pode fazer com que a cobertura fique automática, sem aprofundamento ou sensibilidade. Isso pode tornar as informações frias e distantes, dificultando a conscientização do público sobre o tema, o que resulta também em uma síndrome de acomodação por parte do jornalista, o que pode influenciar a forma como casos de abuso sexual infantil são noticiados, levando à banalização ou à falta de profundidade na cobertura. O jornalista e repórter da Tv Equinócio, filiada da Record, Angley Pantoja, aborda como o comodismo de muitos profissionais da comunicação afeta negativamente na transmissão de notícias sobre abuso.

Angley Pantoja, jornalista e repórter da Record, aborda como o comodismo de muitos profissionais da comunicação afeta negativamente na transmissão de notícias sobre abuso.

"Às vezes a gente entra num estado cômodo para noticiar, já tem um padrão de notícia como nos casos de abuso sexual infantil. Como profissional individual, parto muito dos princípios do que a gente aprende na graduação. Dentre as milhares de coisas que a gente aprende, a ética do jornalista é uma delas, e isso parte muito de como eu vou noticiar isso. Cada profissional tem a sua forma, cada profissional é livre para noticiar da forma que que quiser, desde que não deixe de cumprir com a ética jornalística. Então essa acomodação por muitas vezes pode sim ferir na ética jornalística, e isso pode influenciar inclusive em como o telespectador, ouvinte ou leitor vai receber essa informação", explica o jornalista.



Jornalista e repórter da Record Angley Pantoja.

Foto: arquivo pessoal

Ainda de acordo com o repórter Pantoja, a repetição frequente de notícias sobre abuso sexual contra crianças e adolescentes pode gerar dessensibilização nos jornalistas, impactando sua capacidade de abordar o tema com a seriedade e a sensibilidade necessárias.

"No caso específico do abuso sexual contra crianças e adolescentes, de fato pode, pode gerar sim uma dessensibilização, porque é algo que a gente vê cotidianamente, todos os dias ocorrem casos. E por incrível que pareça são casos em que pessoas próximas, o próprio familiar, é o principal acusado, o principal criminoso de abusar dessas crianças e adolescentes. Então, essa essa repetição frequente de fato dessas notícias, acaba sim gerando uma dessensibilização", enfatiza.

"Não podemos normalizar algo que não é normal. eu costumo falar isso inclusive nas reuniões de pautas que nós temos, entendeu? A gente não pode normalizar isso porque isso não é normal. Isso não deveria ser cotidiano, mas acaba sendo", alerta o jornalista Angley Pantoja.

O repórter exemplifica uma conduta que deve ser evitada no meio jornalístico. "Mais um caso desse aqui, todo dia tem isso, vamos fazer a mesma coisa, vamos usar um padrão de noticiar'. Que tipo de jornalista eu seria? Não podemos mostrar que isso é normal, porque não é. É um crime de todos os dias, sem exceção, tem casos de abuso sexual infantil, homens presos, há abusos que ocorreram há 15 anos, mas estão sendo punidos pelo crime".

O profissional também detalhou quais estratégias os jornalistas podem adotar para evitar a acomodação ao abordar casos de abuso sexual infantil, garantindo uma cobertura responsável e que contribua para a conscientização e o combate ao problema.

"Aí está a nossa responsabilidade jornalística. Eu tenho um diploma, que foi muito suado conquistar, então não posso simplesmente fazer tudo o que os outros fazem e ficar por isso. Eu tô falando como profissional. A gente precisa ser responsável pelo que noticiando para a comunidade, porque a nossa reportagem/notícia, influencia sim a população. Principalmente a gente que tem um diploma, possuímos um crédito muito grande, tudo o que a gente fala, as pessoas tomam como verídico. Então devemos tomar esse cuidado quanto a essa sensibilidade e conscientização. A maior forma de combater esse problema é mostrar a realidade como ela é. Claro, tomando os cuidados necessários para mostrar a realidade e mostrar que isso não é normal", reafirma.

← → ↺ 📄 vozessilenciadas.com 🔍 ☆ 🗂 📧 👤 ⋮

📺 Netflix 📺 YouTube 🖼 SIGAA - Sistema Int... 📁 Todos os favoritos

Página Inicial

diferentes áreas que trabalham arduamente para mudar a realidade da violência sexual infantil. Há uma rede de atenção no estado com atendimento multiprofissional, especialistas da saúde preparados para atender vítimas, profissionais da educação que realizam a escuta e o acolhimento, jornalistas com responsabilidade e compromisso em divulgar informação e denúncias; e tudo isso é uma melhoria que não tem volta, é uma sociedade buscando mudar significativamente a cultura do estupro.

No entanto, nada disso vai ser suficiente se a sociedade como um todo não compreender de uma vez por todas, a importância de se comunicar com as crianças e os adolescentes de uma forma mais clara, de ensinar uma educação sexual que os ajude a se proteger e os permita denunciar, caso sejam vítimas. Suas vozes precisam ser ouvidas e valorizadas, e seus direitos garantidos, não só pelo Estado, mas principalmente por aqueles que os cercam.



Fonte: <https://educacao.territorio.org.br/reportagens/ao-34-anos-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca-enfrenta-gargalos-para-protger-criancas-e-adolescentes-negros/>